

A Escola Rural no Município

JOSÉ STÊNIO LOPES

UM país adulto tem sempre graves problemas a embarçar o seu avanço. Além daqueles que vieram sem solução do passado, acrescentam-se os que são criados pelas novas condições de vida que chegam.

O Brasil de hoje tem agravados velhos problemas que êle arrasta consigo, embarçando o seu desenvolvimento, através de mais de cem anos de autonomia política. E novos problemas àqueles se ajuntaram, apresentando atualmente o país um imenso conglomerado de entaves ao seu progresso humano e material.

Há sempre o perigo de ficarmos demais impressionados com o problema do momento, que procuramos resolver isoladamente, esquecendo-nos de que não há problemas isolados numa nação. Verifica-se a uma observação mais detida de nossas coisas que as nossas deficiências provêm de fatores primários que não levamos bastante em conta, quando determinamos dar solução imediata e direta a tal ou qual problema.

Vimos, por exemplo, como se preocuparam os brasileiros, de alguns anos a esta parte, com a industrialização do país. Fizemos todos os esforços possíveis neste sentido. E não conseguimos realizar plenamente os nossos objetivos. Havia fatores primários que entravavam o surto industrial do país. Faltava-nos uma vida rural organizada, a um tempo como fonte de matérias-primas indispensáveis e como mercado consumidor.

Voltamo-nos agora para a reforma da vida rural. Pregamos a mecanização da lavoura. Esquecemo-nos de algumas das causas fundamentais da debilidade de nossa economia rural.

E assim por diante.

Passamos o tempo a recomençar. Se olharmos o setor político, não se passam diferentemente as coisas. Fêz-se a revolução de 1930, porque muitos sentiram que nossa vida pública estava perigosamente alterada, ameaçando a própria integridade nacional. Mas uma outra revolução se seguiu (o *Estado Novo*) que, por sua vez, foi repelida, para voltarmos a fórmulas políticas possivelmente mais adulteradas do que as de 1930.

No meio de tôdas essas indecisões e tentativas descontínuas para vencermos a marca e colocarmos o país numa trilha segura, como o avião que se alça sôbre a tempestade para voar num céu tranqüilo, se nos detivermos em analisar em profundidade as causas do nosso atraso, encontrare-

mos certos problemas de base sôbre os quais vamos passando, como se fôsse possível esperar que êles se anulassem por si mesmos, sem a nossa intervenção direta e decidida. Há uma fórmula vaga que tem servido, admiravelmente, para a indolência nacional, e válida quer se trate de problemas individuais, quer de coletivos. "Demos tempo ao tempo" — parece que tem sido a nossa norma de ação.

Mas o tempo não resolve nada por si mesmo. E a velocidade dos nossos dias já não admite uma fórmula que há cem anos poderia iludir. Com efeito, olhemos o que ocorre nesta metade de século. As invenções se sucedem num ritmo de alarmante aceleração, quando antes de 1850 feliz era o lustro, o decênio, o próprio meio-século que assistia a qualquer invenção que revolucionava a técnica e a própria vida humana.

A técnica toma cada vez lugar mais saliente na vida humana e no domínio que o homem deve exercer sôbre o meio. E técnica não é fruto de improvisação. Não se incorpora a uma sociedade por simples aproximação. Tem que ser assimilada num aprendizado vivo e funcional. E êsse aprendizado exige do homem uma base de conhecimentos elementares e fundamentais que lhe são dados pelo que se convencionou chamar de "escola primária".

A REALIDADE ESCOLAR NO MUNICÍPIO

Vejamos que espécie de "escola" têm os Municípios cearenses, a fim de podermos ressaltar a importância das conclusões a que chegaremos. Vamos tomar por base dos nossos argumentos o que se observa, primeiramente, no setor estadual.

Em princípio, o Estado tomou a seu cargo a direção, a organização e a distribuição do ensino primário.

Na sede do Município existe, geralmente, um grupo escolar estadual. Êste é, via de regra, mal aparelhado e funciona em prédio apertado, sem o mobiliário adequado e suficiente, sem o material didático indispensável.

A única coisa que se aproveita nesses grupos é o pessoal. Não falamos do ponto de vista técnico, porque, em geral, as escolas normais cearenses não fornecem o tipo de professora para a qualidade de escola necessária ao interior. Abrimos uma honrosa exceção para a formação ministrada pela Escola Normal Rural de Juazeiro.

Falamos sob o aspecto da capacidade intelectual e disposição para o trabalho educativo que revela o professorado primário do Ceará. A professora cearense pode ser considerada excelente. Mal paga, sem estímulo e sem ajuda técnica, ela vem realizando sozinho o pouco que se tem conseguido na educação primária do nosso povo.

Afora o grupo escolar da sede do Município, o Estado mantém escolas isoladas nas sedes dos Distritos. São as chamadas escolas "elementares", providas por professoras "auxiliares" — moças esforçadas, dedicadas, mas raramente diplomadas. O Estado conta atualmente com cerca de 2.400 professoras, das quais menos da metade se constitui de normalistas diplomadas!

Isto não vem, aliás, muito ao caso, porque, como dissemos, as normalistas não são, via de regra, preparadas para a tarefa educativa no campo.

A existência dessas escolas isoladas nos Municípios varia imensamente. Tomemos como significativos os índices seguintes: o Município mais bem servido de escolas estaduais é Crato com 1 professora para cada 147 crianças em idade escolar; e o Município pior servido por escolas estaduais é Nova Russas com 1 professora para 1.132 crianças em idade escolar.

Num documento oficial, o govêrno do Estado publicou êste ano esta confissão bastante grave: "Quando se examina, ainda que superficialmente, a estatística da situação do ensino primário no Ceará, a impressão que se experimenta é de desolação e angústia, embora o quadro se reproduza pelo Brasil em fora como um imenso problema nacional".

"Considere-se ainda, para completar êste quadro doloroso, que as escolas estão localizadas em prédios impróprios, sem instalações convenientes, sem o material mínimo indispensável, e ministram um ensino incompatível com as exigências e peculiaridades do meio cearense". ("Campanha de Educação Rural — 1.^a etapa: Vale do Cariri" — Iniciativa do Govêrno do Estado, Imprensa Oficial, 1952, pág. 24).

O mal maior, porém, reside na falta de fiscalização e de orientação para as escolas primárias do Estado. Há no Ceará 15 Delegacias Regionais do Ensino Primário. Os Delegados de Ensino não são gente especializada. Últimamente, nem concursos públicos se fazem para sua escolha. E alguns dêles não residem em suas sedes, quando as suas regiões são próximas da Capital.

O ordenado dos Delegados de Ensino (\$2.200,00) não atrai pessoal competente. E não existe nada que se possa chamar de equipamento de uma delegacia de ensino. Existem somente os cargos e as pessoas que os ocupam. Um Delegado de Ensino não possui máquina de escrever, fichário, mesa, arquivo, material de expediente, sede alugada, nada numa palavra que possa evocar a idéia de uma repartição pública.

Uma vez por ano, passa o Delegado de Ensino pelas escolas de sua jurisdição. Escolas isoladas mais distantes da sede vivem anos sem a passagem apressada, esporádica e, por muitos motivos, inútil do Delegado de Ensino.

Inútil, porque essa autoridade, presumivelmente técnica, não exerce nenhuma função válida na região. Seu trabalho se reduz à função burocrática de mandar à Secretaria de Educação, distante e indiferente, a lista das escolas visitadas no mês, com ligeiras observações complementares, eventualmente com pedidos de material que não podem ser atendidos.

Função pedagógica, de orientação? Nenhuma. A maior parte dos Delegados de Ensino não entende disto. Muitos dêles nunca foram sequer professores, de qualquer grau.

Dentro dêste quadro sombrio, porém real, da situação do ensino público estadual no Ceará, os Prefeitos municipais são obrigados a atenderem a reivindicações dos moradores das aldeias, povoados, sítios e fazendas por escolas para a criançada de cada lugar.

Em Municípios como Frade, Campos Sales e Saboeiro, a densidade de escolas estaduais é de uma por 517, 484 e 423 quilômetros quadrados!

São então criadas e mantidas pelas Prefeitas "escolas municipais" que não têm nada que ver com a fiscalização (ineficiente) nem com a orientação (inexistente) da Secretaria de Estado para os negócios da educação pública.

Essas escolas municipais têm sido malsinadas, combatidas, depreciadas. Em alguns casos, procedem as críticas contra elas. Eram nomeadas moças sem condições para exercerem a tarefa alfabetizante. Atendia-se sobretudo a injunções partidárias para a sua nomeação. Considerava-se o emprêgo de professora municipal simples maneira de contentar um correligionário de sítio, fazenda ou povoado.

Mas já se pode, hoje em dia, fazer justiça a muitos Prefeitos do interior. Com o avanço dos princípios municipalistas e com a compreensão que já se alarga e aprofunda no interior, entre os administradores das comunas, de suas responsabilidades diante da opinião pública e em relação com os problemas do povo brasileiro, muitos dêles procuram acertar.

O que é irremediavelmente falho, é a organização, é o sistema que êles continuam, em geral, a praticar. Escolas municipais fixas em fazendas e sítios pouco têm produzido em benefícios para a alfabetização do povo.

Não se estranhe estarmos falando sempre em "alfabetização". Procurou-se no Brasil, por influência de idéias educativas de importação, argüírem-se grandes defeitos e até mesmo males incontáveis à conta da alfabetização do povo. Estamos cada vez mais convencidos de que o primeiro passo é realmente alfabetizar. O mal é ficar-se aí ou pensar-se que a alfabetização é mais do que

um caminho ou um meio. Claro que não nos podemos contentar com isto nem são as nossas escolas aparelhos eficientes para a própria tarefa alfabetizante. Realmente, passam as crianças, via de regra, três, quatro anos nas escolas, às voltas com as cartilhas, sem conseguirem dominar as técnicas rudimentares da leitura e da escrita.

Mas que a alfabetização seja indispensável, não temos dúvida, sobretudo quando o nosso contato com o ensino profissional para adolescentes nos veio demonstrar que mais da metade dos candidatos a êsse tipo de aprendizagem, não pode ser aceita por falta de conhecimento da parte dêles em leitura, escrita e aritmética.

O panorama do analfabetismo no Ceará apresenta os seguintes índices bastante esclarecedores. O recenseamento de 1950 revelou que nas cidades, entre pessoas de 10 anos e mais, 62,97% eram alfabetizadas, enquanto no quadro suburbano cearense o índice de alfabetização ficou na ordem de 47,57%, descendo na zona rural para a cifra deprimente de 22,50%!

Em outras palavras: o campo cearense não tem merecido a atenção devida dos poderes públicos. Enquanto nas cidades, onde se concentram as escolas primárias, em 100 pessoas apenas 28 são analfabetas, nos campos, nas fazendas e nos povoados, em 100 pessoas 78 não sabem ler nem escrever.

Ora, qualquer programa de renovação dos quadros de nossa vida rural vai depender também da faculdade de adquirir as normas técnicas da mecanização e racionalização da lavoura, que puderem apresentar as populações rurais.

Daí o nosso pensamento de que a ação educativa dos Municípios deve fazer-se sentir principalmente no setor rural, pròpriamente dito. As escolas municipais seriam de preferência localizadas nos povoados, sítios e fazendas que se encontram num grande atraso em relação ao progresso da alfabetização nos quadros urbano e suburbano.

O sistema praticado atualmente, de escolas localizadas em pontos fixos, não será provávelmente o melhor. A escola assim cai na rotina, a professora se adapta à própria lentidão da vida rural, as crianças voltam todo ano, sistematicamente, à aula, até que, mais taludinhas, sejam retiradas para o trabalho. Dentro dêsse esquema, não há eficiência na escola. Não há ritmo de esforço e real trabalho educativo. Tem-se tempo demais!

Possível e prático seria então as professoras municipais fazerem um rodízio pelos sítios e fazendas do Município, alfabetizando intensivamente crianças, adolescentes e adultos. Nem tôdas estariam de pronto em condições para a tarefa. Mas sempre se poderia adaptá-las para o mister, mediante cursos de férias e através de uma orientação técnica possível dentro de convênios intermunicipais.

Reservar-se-iam escolas fixas apenas para os povoados. Mas seria aí evitada a aglomeração de

alunos nos mesmos turnos, dando-se maior flexibilidade e maleabilidade à escola que nunca prejudicaria os próprios trabalhos agrícolas dos adolescentes.

AS ESCOLAS TÍPICAS RURAIS

Não prepararíamos as crianças das zonas rurais, alfabetizando-as, senão para a Escola Rural, isto é, um organismo vivo e funcional de integração do jovem rurícola em seu meio, armado, porém, para ser mais próspero e feliz na terra de seus avós.

O Município precisa da Escola Rural. Não dessa escolinha de canteiros ao lado que já vai passando por "escola ruralista". Mas de uma verdadeira organização de preparo profissional, pelo menos pré-profissional dos adolescentes do campo.

Resta saber o que se pretende conseguir por meio da Escola Rural. Ao invés de nos determos na consideração de um assunto já muito discutido entre nós, limitaremos o nosso objetivo a fixar o *Plano de Escola Rural*, que constitui a razão de ser desta tese.

PLANO DE ESCOLA RURAL

1. *Localização* — A Escola Rural deverá ser situada em local habitado (vila, povoado, fazenda, irrigação de açude) onde a população se dedique à faina agrícola. Terrenos férteis, servidos de água. A Escola deverá possuir um mínimo de 5 hectares de terra boa para culturas diversas.

2. *Prédio* — Uma sala de aula para 30 ou 40 alunos. Uma sala para atividades extra-escolares. Um galpão para máquinas e instrumentos agrícolas. Um pequeno armazém. (As residências das professoras e dos capatazes deverão ser previstas).

3. *Organização* — A Escola Rural será organizada como uma unidade de vida econômica e social. Os alunos constituirão uma pequena comunidade rural. O autogoverno será garantido através de um grêmio escolar orientado pelas professoras — As escalas para trabalhos práticos e aulas serão organizadas pela direção do grêmio, sempre com a assistência das professoras. Tudo deverá fazer-se como na vida comum da população, apenas dentro do planejamento educativo da Escola.

4. *Horários* — A Escola Rural funcionará de 7 horas da manhã às 17 horas da tarde. Das 7 às 11: Campo para a turma A, aulas teóricas para a turma B. Das 11 às 17: Campo para a turma B, aulas para a turma A.

Recreio para merenda, pequenos intervalos para descanso etc. serão estabelecidos conforme as necessidades locais. Almoço: 11 às 13 horas.

5. *Programas* — A fixar posteriormente. Note-se, porém, desde já, que nas aulas teóricas se estudarão português, aritmética, geometria, desenho, noções de história e geografia, noções de contabilidade, ciências físicas e naturais, legislação do trabalho. A agricultura racional será, entretanto, o ponto principal do programa. As outras matérias serão a ela subordinadas. Linguagem, aritmética etc. não serão estudadas como fins, porém terão em vista as necessidades dos futuros lavradores em sua vida habitual.

6. *Trabalhos práticos* — Serão estabelecidos cuidadosamente, de acôrdo com a zona em que estiver localizada a Escola Rural. Deverão, porém, constar de: agricultura peculiar à região, criação, aviários, apicultura, criação do bicho-da-sêda, horticultura, fruticultura etc.

7. *Duração do curso* — Dois anos, cada ano dividido em dois períodos de 5 meses de trabalho escolar.

8. *Regime de férias* — Cada turma terá 2 meses de férias ao ano, 1 mês depois de cada período de 5 meses de aulas. Mas as duas turmas não entrarão em férias simultaneamente: enquanto uma tem férias, a outra permanece na Escola e vice-versa. Como são duas professoras e dois capatazes, elas e êles também terão férias em períodos diferentes, conforme a turma.

9. *Tipo de aluno* — Serão matriculados na Escola Rural alunos entre 12 e 16 anos, já alfabetizados.

10. *Material agrícola* — Arados a tração animal e mecânica. Todos os utensílios acessórios necessários para a lavoura mecanizada. Vale a pena não esquecer que Escola Rural deve ser escola de trabalho real. Será necessário ainda ter uma oficina de reparos e fabricação de objetos de utilização comum na vida rural.

11. *Cooperativa* — Tôda Escola Rural será sedimentada à base de cooperativismo. Os produtos da exploração agrícola dos alunos reverterão à pequena comunidade rural de que fazem parte. Para isto é necessário que os alunos tenham noções de contabilidade rural, organização de vendas, distribuição, consumo etc.

12. *Pessoal* — Duas professoras, dois capatazes, um mestre-ferreiro (com conhecimentos de solda, latoaria, marcenaria etc.) e auxiliares na medida das necessidades. —

ALGUNS ESCLARECIMENTOS

Estamos certos de que é necessário passar do plano idealista, abstrato, literário, para a realização prática e concreta. Bem sabemos que é penosa a transição entre os dois planos — o dos literais e o dos homens práticos. Mas é impossível continuar-se a falar em Escola Rural num Estado de predominante atividade agrícola e pastoril, sem se dar cunho objetivo a tais perlangas que já encheram livros, fizeram objeto de congressos e enfeitaram mensagens de governadores um atrás do outro.

Escola Rural deve ser, antes de tudo, instrumento de preparação do homem do campo. Deve ser, antes de tudo, núcleo de trabalho concreto, centro de atividades educativas, sim, mas socializantes, integrativas do indivíduo na sociedade em que precisa viver.

Sòmente a Escola Rural com sentido profissional, isto é, preparando o lavrador, o sertanejo, tènicamente para as atividades da lavoura e da criação, poderá constituir o objetivo precípua do ensino rural. Se se trata de elevar o nível de vida e de produção dos homens do campo, nada se fará neste setor de positivo sem prepararmos o elemento capaz de ocupar o seu lugar no novo sistema econômico pretendido.

Advogamos a escola, não como a célula risinha dos poetas, mas como a oficina de trabalho, como o núcleo social primário em que deverão começar a viver os adolescentes sòbre que repousam as únicas esperanças de salvação dêste país.

Somos um país de pobretões que querem sobreviver à custa de "golpes". A filosofia do sucesso fácil, dos "expedientes", de qualquer coisa que signifique vitória e êxito sem trabalho, está demais enraizada em nossa gente para que não cui-

demos de educar os adolescentes nas normas do trabalho digno, do esforço construtivo, da atitude honesta diante da vida. Sòmente o trabalho faz a prosperidade dos povos. E o que as nossas escolas têm conseguido, sobretudo, é a proliferação da mandriagem e do desapêgo ao labor honesto.

"Caixeiro de loja" ou "empregado público" têm sido o resultado mais notório da alfabetização prolongada e mal-orientada das escolas comuns do interior.

"Homens da lavoura" é o que deve formar a Escola Rural. Não para viverem como párias afastados dos benefícios da civilização, mas para serem capazes de receber e fazer frutificar o progresso.

E' claro que a Escola Rural, sòzinha, não pode transformar essa face negativa de nossos sistemas social e econômico. Mas os homens por ela formados se tornarão, dentro de breves anos, capazes de realizarem por si mesmos a revolução necessária.

A Escola Rural que pregamos funciona como uma célula social e econômica modelar na comunidade rural. O cooperativismo, a organização da produção pelos próprios alunos e em seu proveito. O espírito de iniciativa criando uma vida progressista dentro da rotina do meio rural, o trabalho efetivo no campo, na criação, nas pequenas indústrias, centralizando a necessidade de ação dos adolescentes, viriam dar um sentido dinâmico a êste tipo de escola.

A Escola Rural funcionaria num período contínuo, sem interrupção de suas atividades. Uma Escola Rural é diferente de uma Escola Profissional de artesãos, nisto que a atividade agrícola exige permanentemente a presença atuante do homem. Por isto é que supusemos que em cada Escola Rural, composta de duas turmas de alunos, uma destas entraria em férias (um mês depois de cada período letivo de 5 meses), enquanto a outra continuaria a cuidar dos vários setores e departamentos a constituírem o centro de interesse da Escola.

Cada turma teria, portanto, a sua professora e o seu capataz. Capataz treinado em educação, capaz de ensinar os garotos a trabalharem dentro de normas científicas, porque uma professora ruralista ou não, mesmo competente, não estaria normalmente apta a desempenhar a função essencial do capataz.

Não se pode prescindir do material agrícola — instrumentos diversos que seriam delimitados por especialistas. E por isto não se poderiam matricular na Escola Rural menores abaixo de 12 anos, sendo incompatível a sua pouca idade com a natureza e duração dos trabalhos práticos do programa traçado.

Os gastos do poder público com a Escola Rural não se limitariam aos ordenados das professoras e capatazes. Essas unidades de trabalho teriam que ser aparelhadas dos requisitos indispensáveis em máquinas e acessórios, capazes de

transformar a Escola num modelo vivo do que o progresso e as conquistas da técnica criaram para o conforto e bem-estar, assim como para facilitar o trabalho do homem do campo, tanto quanto do homem da cidade.

Luz elétrica, rádio, cinema, biblioteca, esportes e outras conquistas modernas não poderiam estar ausentes da Escola Rural.

Quanto à questão dos programas, é claro que "pontinhos" de português, aritmética, ciências, agricultura, seriam o pecado mortal da Escola Rural. Ali seriam ensinados, ao contrário, os instrumentos essenciais de que deve servir-se o homem civilizado para elevar-se cultural, econômica e socialmente, no meio rural.

Contabilidade rural, sistema de vendas, organização da produção, geometria aplicada às necessidades rurais, higiene e prevenção de doenças, socialização, civismo, legislação do trabalho teriam seu lugar entre as matérias mais necessárias, como agricultura, aritmética e linguagem. Não se aceitariam, aliás, analfabetos, o que viria facilitar grandemente as tarefas fundamentais da Escola Rural.

A missão de alfabetizar ficaria a cargo das escolas comuns que seriam verdadeiras subsidiárias da Escola Rural, com um programa mais conforme aos seus objetivos.

CONCLUSÃO

1. A tarefa da alfabetização dos habitantes das zonas rurais exige um tipo de escola mais flexível, "escolas móveis" de um a outro sítio, e de ação mais rápida, ao lado das unidades fixas nos povoados e vilas.

2. A tarefa educativa do Município não pode ser limitada à alfabetização. O próximo objetivo deve ser a Escola Típica Rural, com sentido profissional, para adolescentes alfabetizados, que prepare o homem do campo para os encargos da mecanização da lavoura e da agricultura racional.

3. Seriam aconselháveis os convênios intermunicipais ou com o Estado para a realização de um programa de Escolas Rurais no maior número possível de comunas no interior.